

Nota Explicativa

Código: 1

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do CAU/RS do exercício de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno, aprovado pela Deliberação Plenária 145.

O Conselho está localizado na Rua Dona Laura, Nº 320, salas 1401 e 1501, no bairro Rio Branco, da cidade de Porto Alegre/RS.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 8*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 12*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma

uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

3.3 Estoques

O sistema de controle de estoque da entidade não está interligado a contabilidade, não sendo registrado o estoque no sistema de contabilidade. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais de expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Anos

Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos
Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Instalações	10 anos
Salas	25 anos

Os valores residuais estão estipulados em 10% conforme Procedimentos para Depreciação fornecido a todos os CAU-UF, e a vida útil dos ativos atualmente estão em fase de revisão e análise para serem ajustados, se apropriado, com a realidade da instituição.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber, os valores são referentes a anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	40.103,40	37.610,29
Aplicações financeiras	17.630.200,69	15.791.239,12
	<u>17.670.304,09</u>	<u>15.828.849,41</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber de anuidades	2.980.884,08	133.780,92
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>2.980.884,08</u>	<u>133.780,92</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	1.338.408,14	133.780,92
Mais de 360 dias	1.642.475,94	-

Perda estimada com créditos de
liquidação duvidosa

2.980.884,08	133.780,92
--------------	------------

O aumento de créditos de anuidades a receber deve-se ao fato de o sistema de cadastro e controle de arrecadação do CAU/RS não fornecer até o mês de novembro de 2016 relatório no qual fosse possível mensurar todos os créditos a receber da entidade. Portanto, até o ano de 2015, o valor utilizado na contabilização dos créditos a receber era proveniente do estudo elaborado pelo CAU/BR no qual era estimada a receita de anuidades do exercício. Por se tratar de valor previsto de arrecadação o mesmo ficava aquém do valor real. Em novembro de 2016 foram implementados os relatórios de valores a receber de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, portanto, em dezembro de 2016 foram lançados os valores a receber de anuidades separados por ano e se referente a pessoa física ou jurídica, sendo lançada a quantia de 80% do valor apresentado no relatório devido a divisão prevista em lei de 80% para o conselho regional e 20% para o federal. A partir da implementação desses relatórios é possível acompanhar todos os créditos a receber referentes a anuidades da entidade.

Pelo fato de o relatório para acompanhamento dos créditos a receber ser muito recente, não temos o histórico de pagamentos para constituir uma provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa. Devido à falta de critérios objetivos optou-se por não a constituir nesse exercício e utilizar os dados coletados no exercício de 2017 para serem definidos critérios sólidos para a constituição da mesma.

7. Demais Créditos a Curto Prazo

	Consolidado	
	2016	2015
Tributos a recuperar	3.590,00	8.040,47
Vale Transporte a apropriar	6.049,09	2.843,77
Vale Alimentação a apropriar	36.844,50	-

Adiantamento de Salários	22.461,62	36.841,32
Outros créditos de curto prazo	30,00	
	<u>68.975,21</u>	<u>47.725,56</u>
	68.975,21	47.725,56
Circulante	68.975,21	47.725,56
Não circulante		
	<u>68.975,21</u>	<u>47.725,56</u>
Total	68.975,21	47.725,56

No ano de 2014 e 2015 foram pagos IPTU e Taxa de Coleta de Lixo (TCL) referente a matrículas dos boxes e sala até que fosse julgado o parecer da solicitação da imunidade tributária da parcela de IPTU junto a prefeitura de Porto Alegre/RS para regularizar a situação. As parcelas foram pagas por orientação da própria prefeitura a fim de não constar pendências e débitos que impedissem a instituição de emitir certidões quando necessário. O valor Total pago a ser recuperado nos dois anos foi de R\$ 4.865,67. No ano de 2016 foi julgado o deferimento das solicitações e parte dos valores pagos forma abatidos nas parcelas futuras de TCL, no valor de R\$ 4.450,87. Ainda assim restou um saldo de R\$ 414,80 a ser recuperado.

Ainda no ano de 2015, foi efetuado o pagamento de Tributos Federais indevidamente sobre a NF 224 da Empresa Santos e Cia Ltda.(empresa Optante pelo Simples Nacional), Vinculada à NF 24273 da empresa E-21 Agência de Telecomunicações intermediária de serviços de publicidade. O valor do tributo foi de R\$ 3.175,20 o qual foi solicitado restituição do valor junto à Receita Federal do Brasil através de PER/DCOMP.

O valor de adiantamento de salário refere-se a quantia adiantada ao funcionário no momento da concessão das férias e de competência do mês subsequente.

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

31/12/2016

Prêmios de Seguros a Apropriar	3.437,04
--------------------------------	----------

Assinaturas a Apropriar	3.845,95
-------------------------	----------

7.282,99

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Salas	5.687.440,00	- 571.461,71	5.115.978,29	5.354.850,55
Instalações	26.437,20	- 3.569,59	22.867,61	24.689,06
Veículos	174.350,00	- 88.846,28	85.503,72	116.886,60
Móveis e utensílios	408.094,43	- 105.572,42	302.522,01	298.161,94
Máquinas e Equipamentos	135.107,52	- 38.462,11	96.645,41	87.459,30
Equipamentos de processamento de dados	456.027,55	- 162.342,52	293.685,03	187.673,30
Total	6.887.456,70	- 970.254,63	5.917.202,07	6.069.720,75

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Salas	5.354.850,55	-	-	238.872,26	5.115.978,29
Instalações	24.689,06	-	-	1.821,45	22.867,61
Veículos	116.886,60	-	-	31.382,88	85.503,72
Móveis e utensílios	298.161,94	38.860,00	677,30	33.822,63	302.522,01
Máquinas e Equipamentos	87.459,30	30.533,57	6.380,00	14.967,46	96.645,41
Equipamentos de processamento de dados	187.673,30	184.275,00	27.030,00	51.233,27	293.685,03
Total	6.069.720,75	253.668,57	34.087,30	372.099,95	5.917.202,07

Em julho de 2016 foram baixados dez scanners da marca Kodak, valor de R\$ 27.030,00, referente a doação dos mesmos a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, conforme termo de doação do convênio 002/2016. Em agosto de 2016 foram baixados três unidades condensadoras e três unidades evaporadoras de ar condicionado quente e frio, no valor de R\$ 6.380,00, pois foram alienados no leilão administrativo nº 001/2016. No mês de outubro foi realizada a baixa de licenças de antivírus, no valor de R\$ 2.752,10, pois verificou-se que haviam sido imobilizados indevidamente e não estavam mais no seu período de validade.

No presente ano, foi verificada algumas inconsistências na classificação dos bens do imobilizado entre os sistemas de contabilidade (Siscont.net) e o de patrimônio (Sispat.net), sendo necessária alteração em alguns bens e lançamentos contábeis de transferência de contas dos saldos de depreciação dos respectivos bens. Segue abaixo as alterações realizadas e a que bens se referem:

Código do Bem	Lançamento Contábil		Valor	Data
	D	C		
000665	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	209,00	31/10/2016
000669	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	66,90	31/10/2016
000670	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	66,90	31/10/2016
000671	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	66,90	31/10/2016
000672	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	66,90	31/10/2016
000673	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	66,90	31/10/2016
000674	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	66,90	31/10/2016
000675	1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	66,90	31/10/2016
000195	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	540,00	31/10/2016
000196	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	540,00	31/10/2016
000197	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	504,00	31/10/2016
000198	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	504,00	31/10/2016

000465	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	303,75	31/10/2016
000466	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	1.019,25	31/10/2016
000467	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	495,00	31/10/2016
000468	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	165,49	31/10/2016
000515	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	986,41	31/10/2016
000664	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	614,25	31/10/2016
000666	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	202,45	31/10/2016
000668	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	74,25	31/10/2016
000353	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	541,78	18/11/2016
000463	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	30,60	18/11/2016
000464	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	30,60	18/11/2016
001466	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	28,50	18/11/2016

10. Intangível

2016

2015

Sistemas de Processamento de Dados	90.775,16	58.167,10
Outros intangíveis	-	-
	<hr/>	<hr/>
	90.775,16	58.167,10
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

11. Fornecedores a pagar

	<hr/>	<hr/>
	2016	2015
	<hr/>	<hr/>
Prestação de serviço	102.893,77	33.655,58
Fornecedor de materiais	3.493,93	5.148,63
Encargos Patronais Folha de Pagamento	109.785,47	79544,63
Outros fornecedores	993,50	327,75
	<hr/>	<hr/>
	217.166,67	118.676,59
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<hr/>	<hr/>
2016	2015
<hr/>	<hr/>

A vencer	217.166,67	118.676,59
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	<hr/>	<hr/>
	216.883,17	118.676,59
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

12. Provisões de curto prazo

As provisões de curto prazo referem-se a provisões para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS. Em 31/12/2016 o saldo desse grupo é composto conforme abaixo:

	<hr/>
	31/12/2016
	<hr/>
Férias	338.996,43
INSS s/ Provisão de Férias	74.579,21
FGTS s/ Provisão de Férias	27.119,71
PIS s/ Provisão de Férias	3.389,96

444.085,31

13. Demais Obrigações de Curto Prazo

A entidade em 31/12/2016 possui saldo de valores restituíveis conforme segue:

	<hr/> <hr/> <p>31/12/2016</p> <hr/> <hr/>
INSS retido na folha de pagamento	24.319,85
IRRF da folha de pagamento	67.470,61
ISS retido de prestadores de serviço	13.724,81
Outros Valores Restituíveis	3488,07
	<hr/> <hr/> <p>109.003,34</p> <hr/> <hr/>

Outros valores restituíveis referem-se a PER/DCOMP nº 20010.84.956.100.915.1.2.04-1239 (10/09/2015) - aguardando aprovação da Receita Federal - devido a retenção a maior da empresa prestadora de serviço E-21 Agência de Multicomunicação LTDA, no valor de R\$ 3.175,20; também R\$ 258,25 referente a honorários advocatícios a serem repassados aos advogados da entidade; e R\$ 54,62 relativo a retenções de tributos federais conforme IN 1234/2012 da Receita Federal a serem recolhidos em janeiro de 2017.

14. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim representadas:

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	José Milton This	10.000,00	32.000,00
Cível	Matersil Neg. Imobiliários Ltda	550.000,00	550.000,00
Cível	Vivendas Urbanismo Ltda	3.000,00	3.000,00
Cível	Melo Gomes Incorporações Ltda	-	2.700,00
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais Ltda	25.000,00	8.300,00
Cível	Antonio Frediani da Fonseca	15.000,00	-
Cível	Claudio rogerio Tician - ME	1.000,00	-
		<u>604.000,00</u>	<u>596.000,00</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

<u>2015</u>	<u>Adições</u>	<u>(-)Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>2016</u>
-------------	----------------	---------------------	-------------------	--------------------	-------------

Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	32.000,00	10.000,00	- 32.000,00	-	-	10.000,00
Cíveis	564.000,00	16.000,00	- 2.700,00	-	16.700,00	594.000,00
Total	596.000,00	26.000,00	- 34.700,00	-	16.700,00	604.000,00

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As provisões para riscos processuais são atualizadas trimestralmente conforme documento emitido pelo departamento jurídico. Neste relatório são controlados os processos de perdas remotas e prováveis de processos trabalhistas e cíveis. Ao final do ano de 2015 o montante das perdas remotas foi de R\$ 138.000,00 e as perdas prováveis de R\$ 596.000,00, as quais somente estas últimas são contabilizadas. No ano de 2016 as perdas remotas foram de R\$ 111.000,00 e as perdas prováveis de R\$604.000,00. Em conformidade com o Anexo a NBC T 11.15, que trata das Contingências, a probabilidade da entidade ter perdas ou prejuízos é insignificante, sendo assim as perdas remotas não são contabilizadas.

15. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

16. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2016	2015
Depreciação e amortização	385.598	300.762,81
Despesas com pessoal	5.528.723,18	4.173.443,34
Despesas com contratação de terceiros	4.491.967	3.261.434,81
Impostos, taxas e contribuições	9.576,56	75,32
Outras receitas e despesas	1.781.972,45	1.882.436,58
	12.197.836,72	9.618.152,86

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2016	2015
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	16.515.346,73	12.908.726,18
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	12.197.836,72	- 9.618.152,86

(=) Superávit Patrimonial apurado

4.317.510,01	3.290.573,32
---------------------	---------------------

Resultado Orçamentário**2016****2015**

Receita Orçamentária Arrecadada

13.613.620,31

12.709.231,41

(-) Despesas Empenhadas

11.274.641,31

10.331.483,41

(=) Superávit Orçamentário Apurado

2.338.979,00	2.377.748,00
---------------------	---------------------

2.377.748,00

Resultado Financeiro**2016****2015**

Saldo Disponível Apurado

17.670.304,09

15.828.849,41

(-) Passivo Financeiro

- 1.541.360,22

- 3.313.522,61

(=) Superávit Financeiro Apurado

16.128.943,87	12.515.326,80
----------------------	----------------------

12.515.326,80

18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua

relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	2.500.000,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para quatro veículos	-
		2.500.000,00

A importância segurada dos seguros dos quatro veículos de propriedade do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

19. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Alexandre Freitas

Joaquim Eduardo /vidas Hass

Contador

CPF. 335.467.540-34

Presidente

CPF. 066.050.600-91